

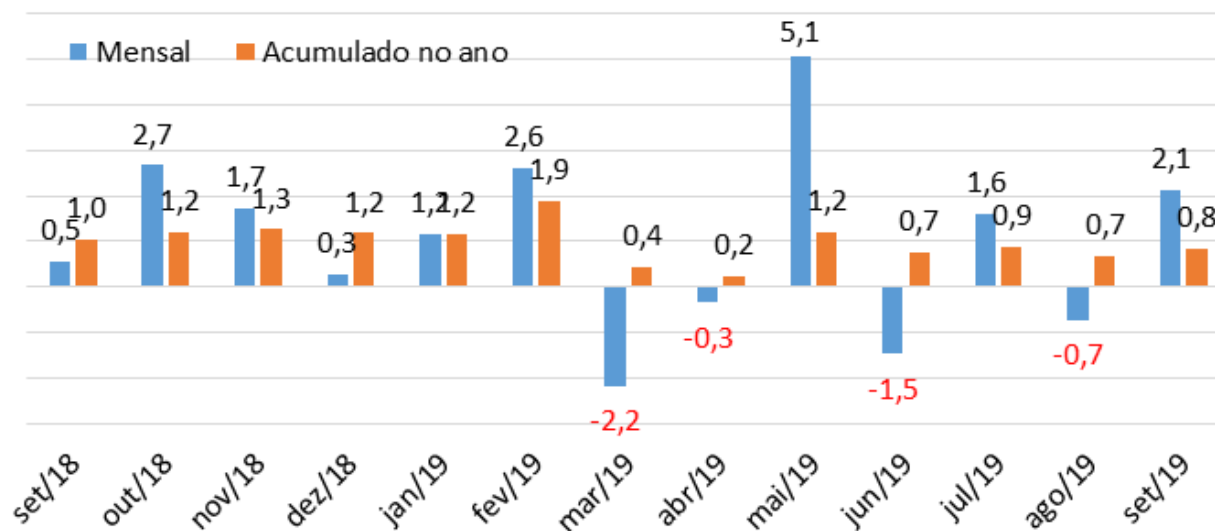


Boletim Conjuntural Novembro | 2019

1. CONJUNTURA NACIONAL

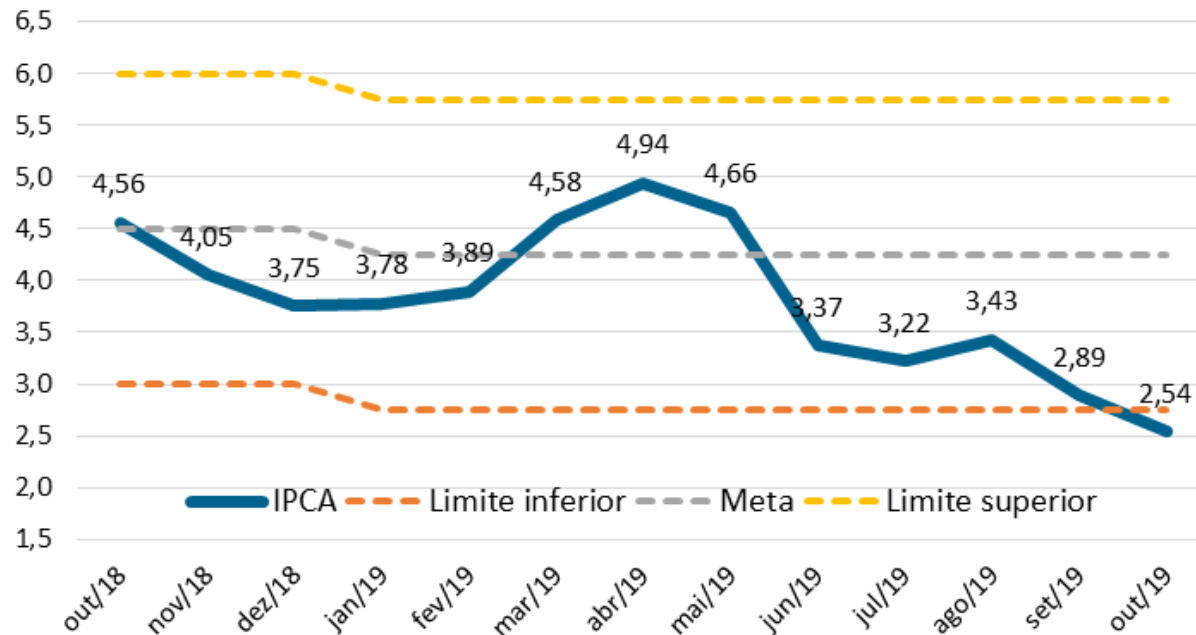
Agora que o fim do ano está bem próximo, o que era expectativa passa a ser evidência: o crescimento da economia brasileira neste ano completará a modesta série de três anos nos arredores de 1,0%. De fato, o indicador que antecipa a variação do PIB – o Índice de Atividade Econômica (IBC-BR)/Banco Central, referente ao resultado acumulado deste ano (janeiro a setembro) – revela variação positiva de apenas 0,8% em relação ao mesmo período de 2018 – **Gráfico 1**. Ademais, o Boletim Focus de 29/11/2019 aponta, para este ano, estimativa de crescimento do PIB de 0,99%. Portanto, a economia brasileira deverá registrar neste ano um crescimento na proximidade do alcançado nos dois anos precedentes (1,1% em cada ano). Um resultado muito abaixo do desejável, considerado que, em 2015 e 2016, a recessão foi profunda.

Gráfico 1 - Brasil: taxa de variação (%) mensal e acumulada no ano, do índice de atividade econômica (IBC-BR) - setembro/2018 a setembro/2019 (base: mesmo período do ano anterior)



O panorama da inflação, por outro lado, é de estabilidade da variação anual do IPCA, no entorno dos 3,0%. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses, chega a 2,54% em setembro de 2019 – conforme ilustrado no **Gráfico 2**. Índice compatível com a estimativa de inflação anual, para este ano, de 3,52% (Relatório Focus/Bacen de 29/11/2019). Trata-se de variação geral dos preços que permanece bem abaixo do centro da meta oficial (4,25%)¹. Embora se saiba que uma parte das razões para isso seja a ainda frágil demanda por bens e serviços, trata-se de um dos indicadores que, associado a uma baixa SELIC e a considerável capacidade ociosa, constitui conjunto de elementos importantes para suporte à retomada de crescimento sustentado da economia, a partir de 2020 – nova aposta do mercado e de especialistas.

Gráfico 2 - Brasil: Inflação (%) - IPCA acumulado em 12 meses - outubro/2018 a outubro/2019 (base: 12 meses imediatamente anteriores)



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

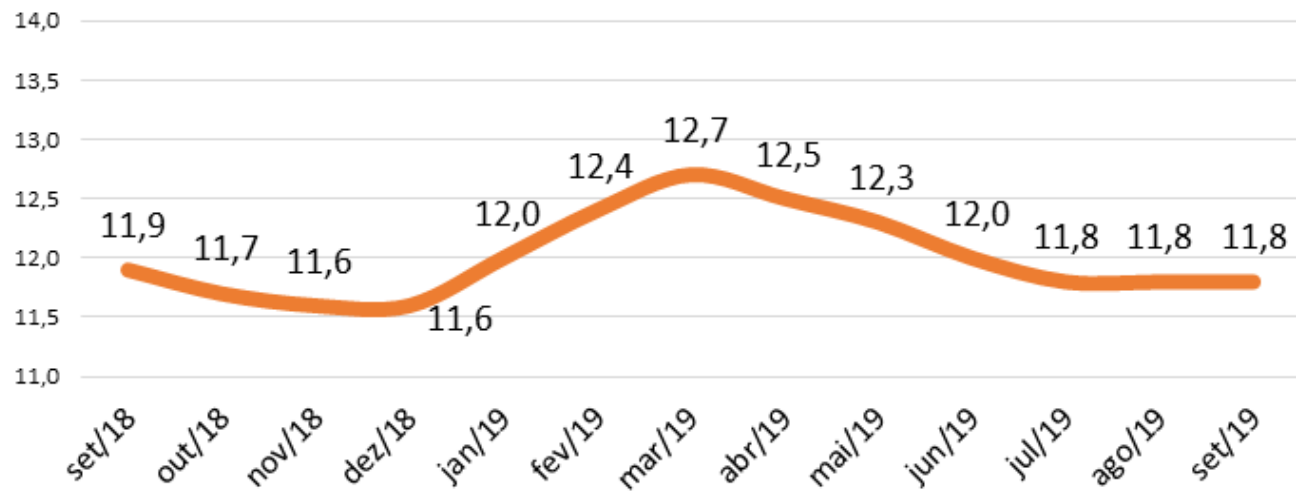
¹Metas de inflação para 2019, conforme o intervalo 2,75%-5,75%, com banda de variação de 1,5%. Ou seja: piso de 3,75%; centro: 4,25%; e teto: 5,75%. Conforme <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas> [acesso em 25/11/2019].

No que respeita ao mercado de trabalho brasileiro – que reflete o fraco desempenho da economia – o aumento do número total de ocupados, com participação significativa de ocupações informais, mantém ainda elevado o número de desempregados. Com efeito, informações da PNAD Contínua mostram que a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade é de 11,8%, no trimestre julho-agosto-setembro de 2019. Registre-se que essa taxa vem se mantendo constante desde o trimestre maio-junho-julho de 2019, tendo-se por base de comparação o mesmo período de 2018 – ver **Gráfico 3**. É um indicador relativo, que se traduz, em termos absolutos, em um montante de 12,5 milhões de pessoas desocupadas. Ademais, assinala-se que do total de indivíduos (1,5 milhão) que, nos últimos 12 meses, conseguiram algum tipo de emprego, a maioria ocupa postos informais de trabalho.

Nesse contexto, de crescimento moderado e relativamente precário da população ocupada e inflação confortável, a variação da massa real de salários (**Gráfico 4**), no trimestre julho-agosto-setembro de 2019, foi de 2,0%, em comparação com igual período do ano anterior. A renda familiar, assim, também cresce pouco – sem gerar grande pressão (de demanda) sobre os preços.

Essa variação positiva da renda das famílias é fator básico para sustentação/crescimento da demanda por bens e serviços. Disso decorre que – a despeito do baixo desempenho da economia e da preocupante situação do mercado de trabalho, com grande contingente de desocupados – há espaço para manutenção de certo volume de negócios nos segmentos de varejo e prestação de serviços no país.

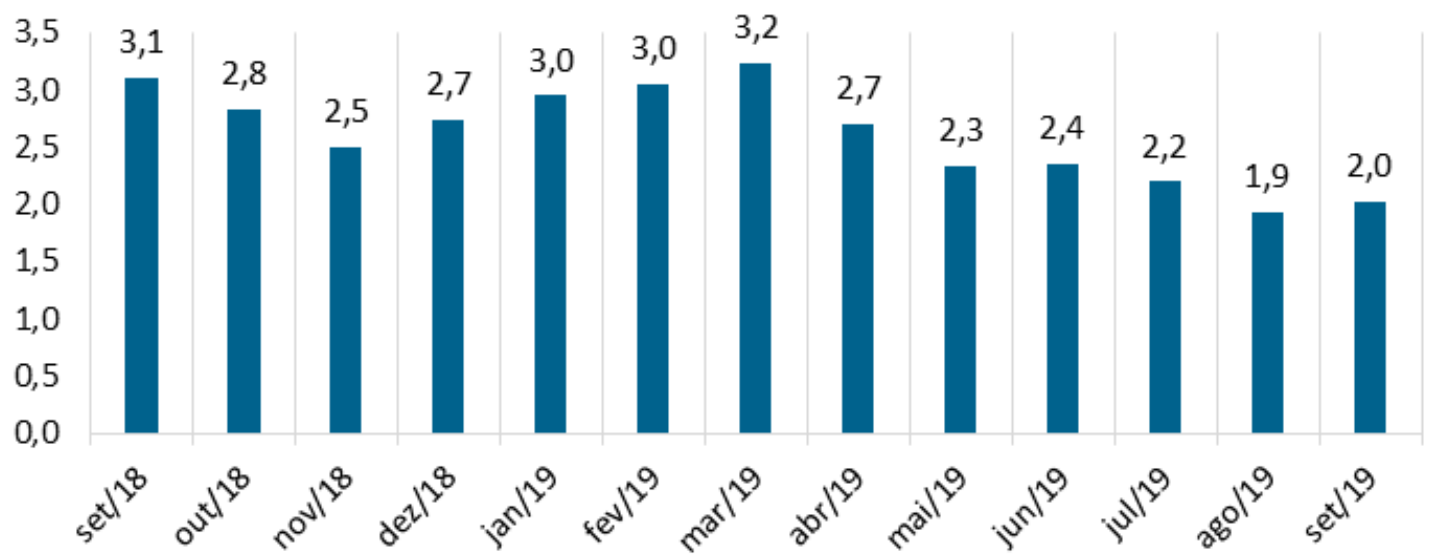
Gráfico 3 - Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) - setembro/2018 a setembro/2019



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Gráfico 4 - Brasil: variação (%) real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento do trabalho setembro/2018 a setembro/2019 (base: mesmo período do ano anterior)

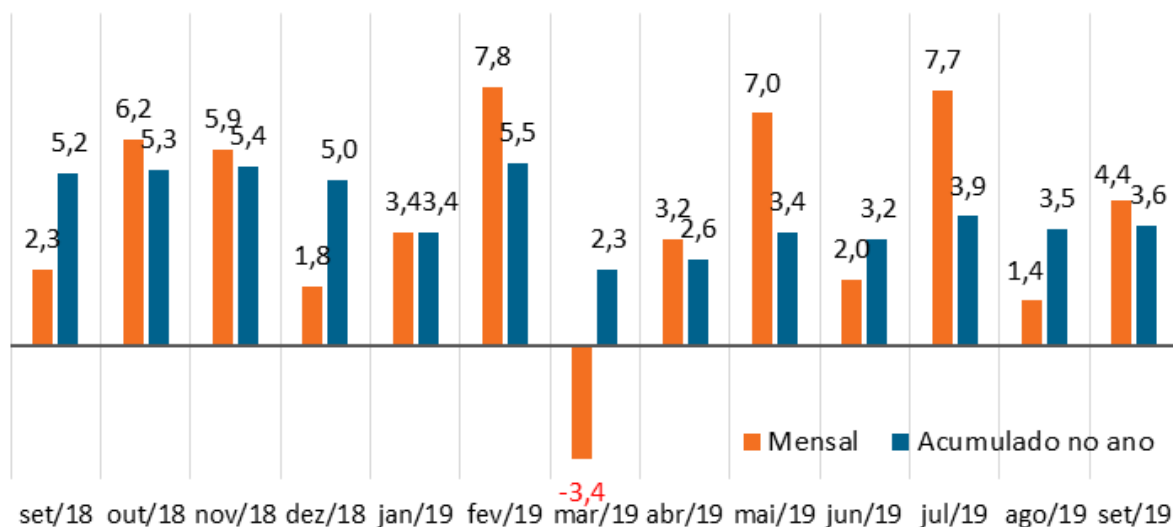


Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi. Nota: média móvel trimestral, calculada considerando o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos pelo deflator (IPCA) do mês intermediário.

Mantém-se positivo o desempenho do comércio varejista em 2019

Indicadores da evolução do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito – são apresentados no **Gráfico 5**: resultado mensal e do indicador acumulado no ano; procedimentos também adotados no tratamento de informações sobre o **varejo restrito** (**Gráfico 6**). O volume de vendas no país, em ambos os casos, cresce em setembro de 2019, sendo base de comparação o volume de vendas observado no mês de setembro de 2018. O crescimento, no varejo ampliado, foi de 4,4%; e 2,1% no restrito. Quanto ao indicador do resultado acumulado no ano (janeiro a setembro), confrontado com o correspondente a igual período do ano passado, observa-se crescimento de 3,6% e 1,3% – para o varejo ampliado e o restrito, respectivamente. Como usualmente vem sendo verificado, o crescimento mais forte do varejo ampliado tem influência do desempenho diferenciado do segmento de automóveis e do segmento de material de construção.

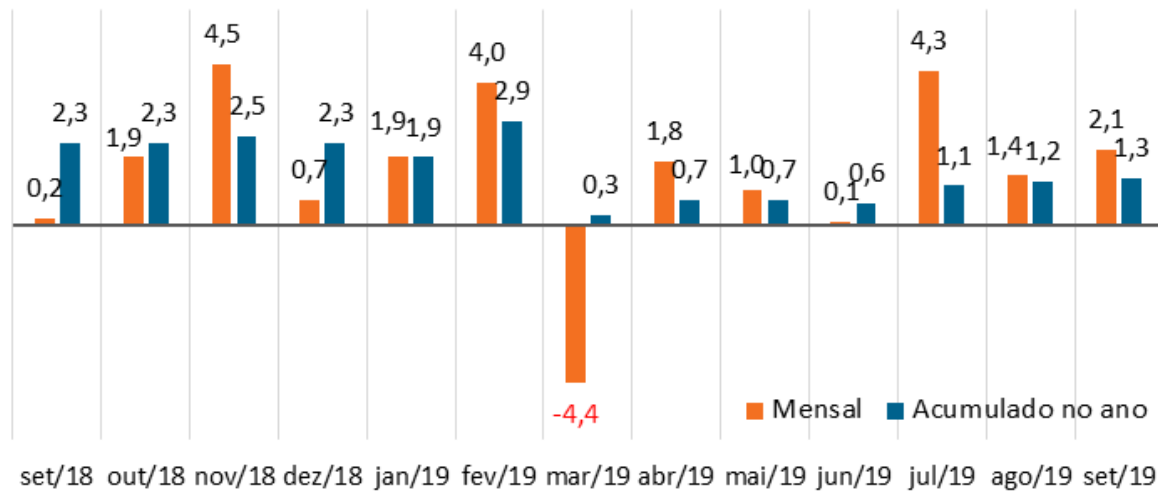
Gráfico 5 - Brasil: variação (%) mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista Ampliado setembro/2018 a setembro/2019 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Portanto, o varejo – nas duas acepções (ampliado e restrito) – alcança um volume de vendas (acumulado no ano) que supera o crescimento observado na economia do país como um todo. Isso em parte se deve ao (modesto) crescimento real da massa de salários, que em boa proporção se transforma em demanda por bens no varejo, que mantém um crescimento acima do verificado para a economia brasileira como um todo. Todavia, a despeito de baixa inflação e elevada capacidade ociosa na indústria, ainda falta ao país um nível de confiança na economia que possa vir a ser um fator impulsionador de uma consistente e mais rápida retomada do crescimento econômico. De toda forma, espera-se um crescimento em 2020 acima de 2%, o que não é muito, mas representa o dobro do crescimento econômico esperado para 2019.

Gráfico 6 - Brasil: variação (%) mensal e acumulada no ano do Comércio Varejista setembro/2018 a setembro/2019 (base: mesmo período no ano anterior)

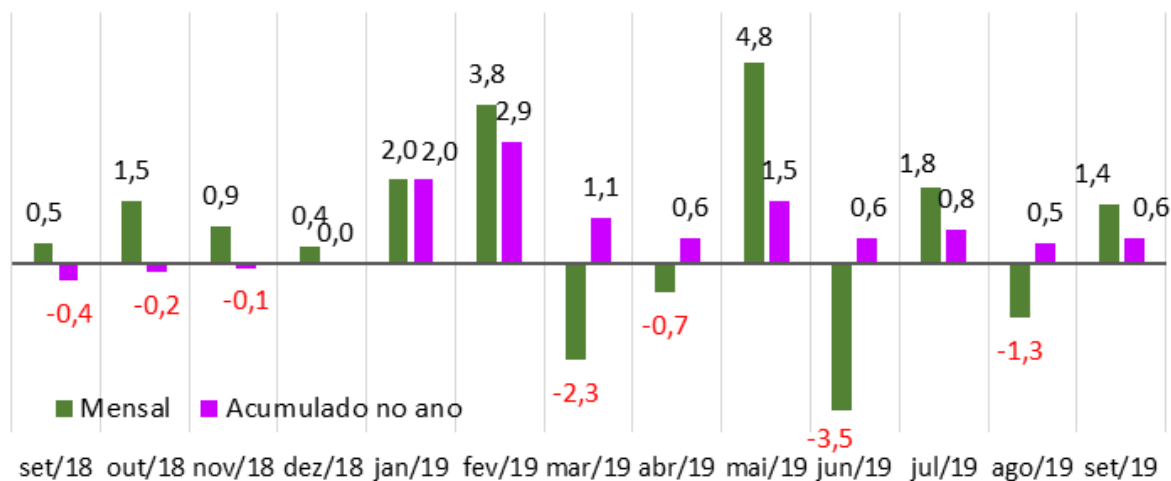


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Desempenho dos serviços levemente positivo em 2019

No caso do setor de prestação de serviços, em setembro deste ano, o crescimento observado se dá com bem menor intensidade, comparativamente ao do varejo, variação de 1,4% (base: setembro 2018) e apenas 0,6% quando se trata do índice acumulado (janeiro a setembro de 2019), em cotejo com os respectivos mesmos períodos do ano passado – conforme ilustrado no **Gráfico 7**. O resultado medido pelo indicador acumulado sequer acompanha o discreto desempenho global da economia brasileira.

Gráfico 7 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Serviços, em % – setembro/2018 a setembro/2019 (base: mesmo período no ano anterior)

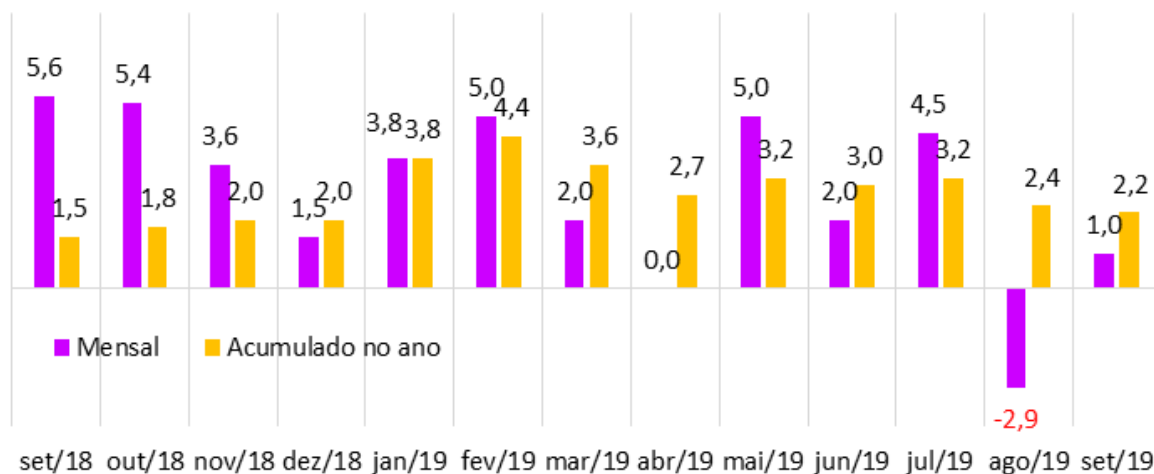


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Turismo: desempenho também positivo em 2019

Por fim, mencione-se que as atividades de turismo, como um conjunto, também continuam apresentando resultados positivos neste ano. Crescimento mensal de 1,0% em setembro e de 2,2% no acumulado do ano (janeiro a setembro) – **Gráfico 8**.

Gráfico 8 - Brasil: variação mensal e acumulada no ano do volume de Atividades Turísticas, em % setembro/2018 a setembro/2019 (base: mesmos períodos do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em síntese, os indicadores examinados neste Boletim revelam que tanto os números relativos ao volume de vendas do varejo, quanto os associados à prestação de serviços continuam revelando um desempenho positivo, inclusive com os indicadores do varejo registrando variações positivas que chegam a superar o baixo desempenho da economia brasileira no período em causa.

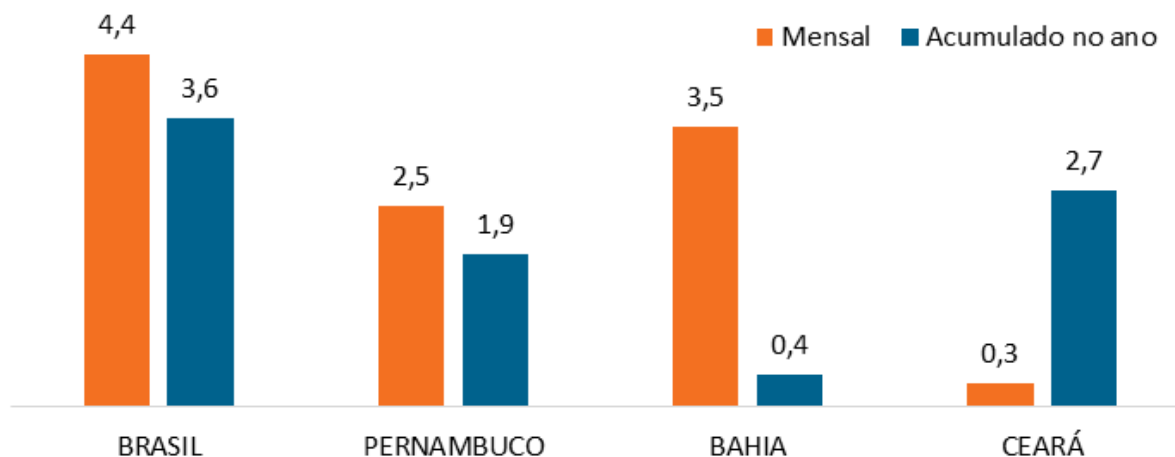
2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM SETEMBRO DE 2019: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Esta seção – mantido o padrão de análise adotado na série Boletim Conjuntural do Fecomércio – é dedicada a análise sucinta de indicadores de desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços, pondo-se Pernambuco no âmbito nacional, ao lado dos dois outros estados economicamente mais expressivos do Nordeste. Informações básicas para o mês de setembro deste ano são apresentadas nos **Gráficos 9 e 10**.

O varejo ampliado pernambucano segue, no acumulado do ano (janeiro a setembro), revelando desempenho abaixo do registrado para o similar nacional, tomando-se como base igual período de 2018: crescimento de 1,9% em Pernambuco contra 3,6% no Brasil. No que diz respeito ao varejo restrito, o indicador referente ao acumulado do ano, no estado, mantém-se praticamente igual ao do mesmo período do ano anterior (variação positiva de apenas 0,1%) – enquanto no país verifica-se crescimento de 1,3%.

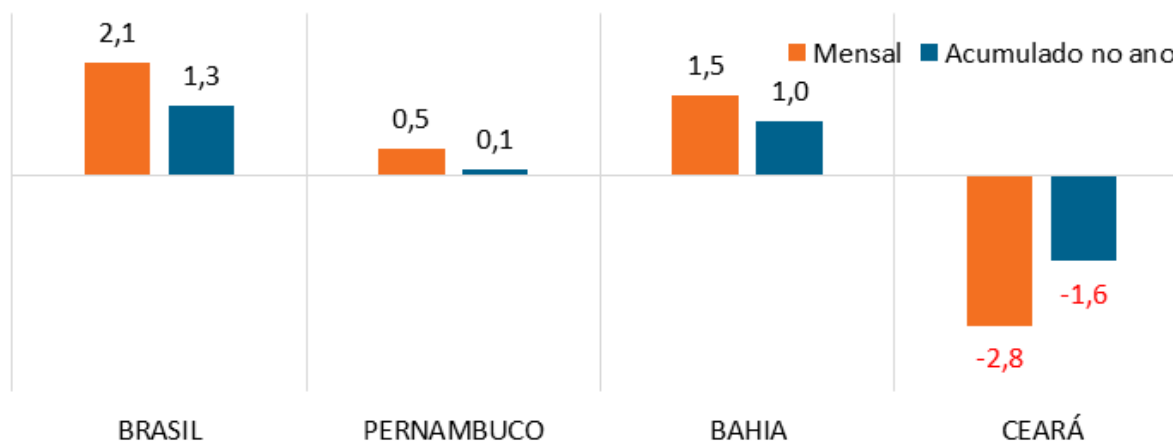
Assim, os indicadores mensais (setembro de 2019 vis-à-vis setembro de 2018) revelam panorama semelhante. O desempenho, tanto do varejo ampliado quanto do restrito, em Pernambuco, fica abaixo do observado para o país: 2,5% contra 4,4% no varejo ampliado; e 0,5% versus 2,1% no varejo restrito.

Gráfico 9 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas Varejo Ampliado – setembro/2019 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

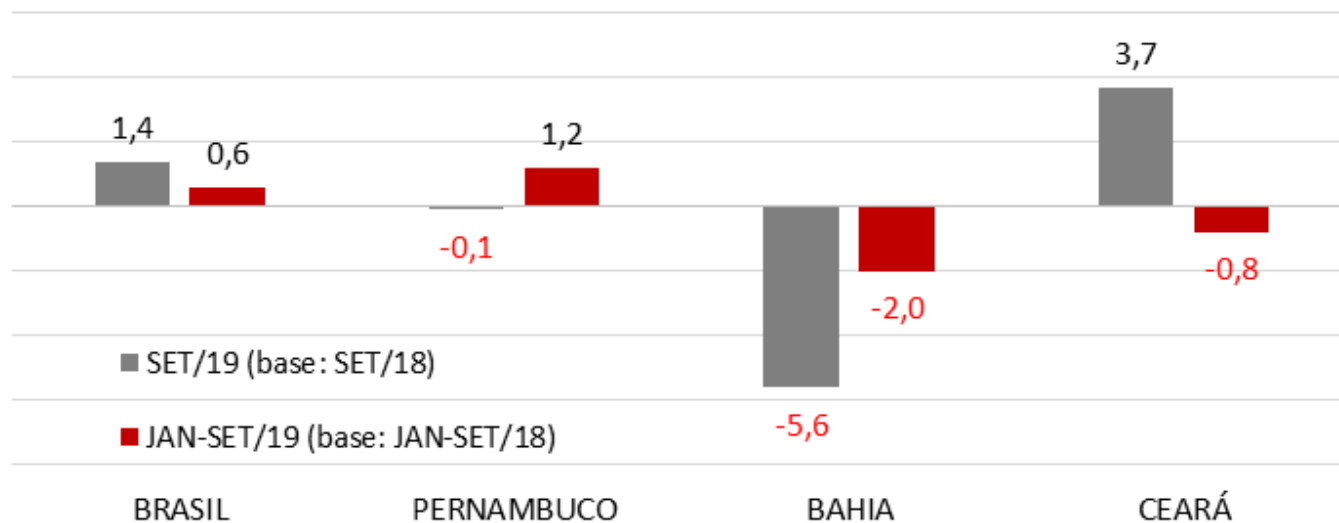
Gráfico 10 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada no ano do volume de vendas no Comércio Varejista – setembro/2019 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

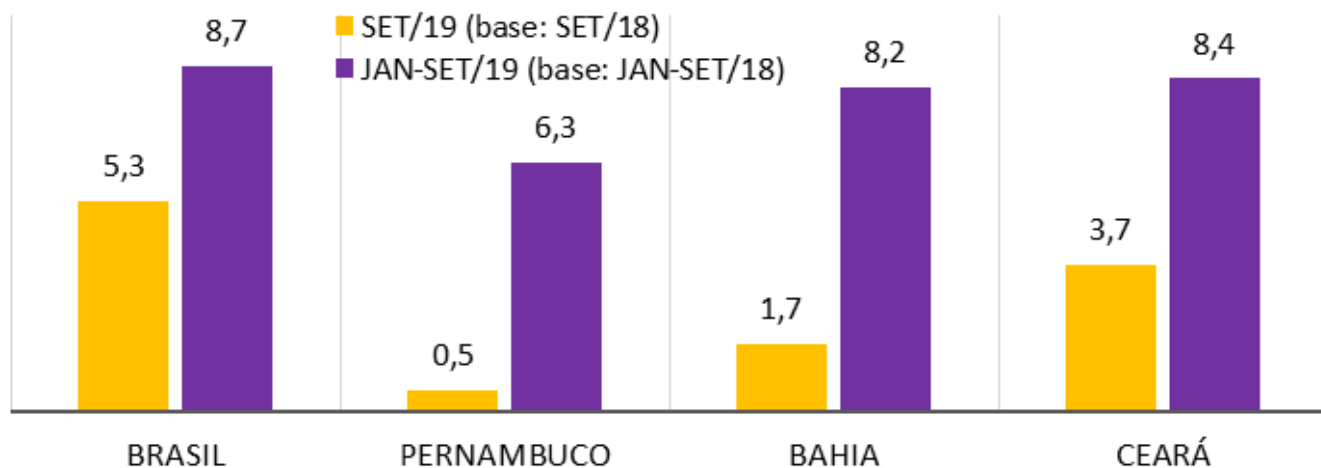
No que diz respeito ao setor de prestação de serviços em Pernambuco, **Gráfico 11**, crescimento de 1,2% no acumulado do ano e decréscimo de 0,1% no resultado mensal de setembro são os números observados. Portanto, o desempenho de Pernambuco, no resultado acumulado do ano é superior ao observado no âmbito nacional (elevação de 0,6%). Em relação ao resultado mensal, ocorre o contrário: Pernambuco mantém-se praticamente constante (-0,1) e o país apresenta uma elevação de 1,4%. No plano regional, o desempenho do volume de prestação de serviços em Pernambuco, no resultado acumulado do ano (1,2% – já referido) também contrasta com o desempenho negativo tanto do estado da Bahia (-2,0%), quanto do Ceará (-0,8%).

Gráfico 11 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada no ano, do volume de serviços – setembro/2019 (base: mesmo período do ano anterior)



Novamente destacando-se o segmento de turismo, os três principais estados nordestinos são utilizados para comparações.. O Gráfico 12 retrata a sistematização das informações pertinentes: as medidas-padrão representadas pelo indicador acumulado em 2019 e o índice mensal do volume de atividades turísticas de setembro de 2019 (como base o volume observado em setembro de 2018), mantendo-se os correspondentes indicadores para os dois outros estados nordestinos em destaque e para o país.

Gráfico 12 - Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação no ano do volume de Atividades Turísticas - setembro/2019 (base: mesmos períodos do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Pernambuco revela, no segmento de atividades turísticas, desempenho positivo no resultado acumulado deste ano (6,3%) e também positivo no indicador mensal (0,5%). Isso ocorre em um cenário em que o país como um todo mostra desempenho mais elevado no acumulado do ano (8,7%) e também maior crescimento em setembro (5,3%). Em termos regionais, os dados para o Ceará trazem crescimento bem diferenciado para o turismo no resultado acumulado do ano (8,4%), e o desempenho mensal (3,7%) também supera o de Pernambuco em setembro. O mesmo ocorre com o desempenho do turismo na Bahia: supera o de Pernambuco no resultado acumulado do ano (8,2%), e igualmente apresenta uma variação positiva mais forte em setembro (1,7%). São resultados que ainda não refletem os possíveis efeitos negativos do desastre ambiental de derrama de óleo de navio petroleiro no litoral nordestino, o que deve afetar negativamente a pesca e a cadeia produtiva do turismo do Nordeste, a se julgar por registros feitos na mídia, a respeito das consequentes agruras de comunidades que dependem de atividades que têm mares e rios como fontes de geração de renda

3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Um dos aspectos que vêm sendo destacados ao longo desta Série do Boletim do Instituto Fecomércio é a alusão a eventual possibilidade de o Brasil se destacar de outros países em crise (na própria América Latina e em outros continentes), e se beneficiar de absorção de capitais externos. Um amplo mercado de consumo e também relevante mercado financeiro são sempre atrativos, em fases de crescimento da economia, e isso importa bastante para países que, como o Brasil, dependem significativamente de poupança externa.

Mas, para que tal possibilidade se materialize, é necessário que – além de um ambiente externo que não se agrave – se combinem modernização institucional, boa governança e perspectiva de retomada segura do crescimento, depois da fase de estagnação-recessão de 2014-2016, pior momento de um longo descenso desde 2011. Essas pré-condições – bem inter-relacionadas – demoram a assumir cores nítidas no sentido de se vislumbrar um ambiente econômico que infunda ânimo a investidores.

Estimativas de variação do PIB para este ano – Relatório de Mercado (Banco Central) de 22/11/2019 –, com elevação para 0,99% refletem expectativas do mercado, convergindo para confirmação de algo no entorno de 1,0%. Bem distante da antevisão de mais de 2,0% de 12 meses atrás e terceiro ano no mesmo patamar. Por outro lado, a inflação (IPCA) é esperada para 3,50%, permanecendo bem abaixo do centro da meta (4,25%). A frágil demanda agregada é um dos fatores explicativos, entre outros, dessa confortável inflação. Lento crescimento da renda real das famílias e alto volume de desemprego (indutor de insegurança com respeito a gastos entre famílias que dispõem de alguma renda, mas temem compromisso com despesas postergáveis) contribuem para reduzida pressão de demanda sobre os preços no varejo. Enfim, o panorama inflacionário segue sendo um aspecto bastante favorável a uma retomada do crescimento. Governo e agentes econômicos sabem que a considerável capacidade ociosa advinda de prolongada crise é um expressivo fator favorável a expansão econômica com baixa pressão inflacionária.

No que respeita a governança, há sinalizações que não favorecem um ambiente de maior tranquilidade política, inclusive com alinhamento automático aos EUA (sem o pragmatismo habitual, que costumava se manter em diferentes governos), o que pode afetar negativamente o país no campo comercial. Do mesmo modo, na área ambiental a retórica governamental também tem potencial de gerar prejuízos – tudo que não interessa a um país dependente de poupança externa e de manutenção de bom nível de reservas cambiais. Na área educacional, em que se tenta impor conteúdo ideológico a pautas pedagógicas e ao ambiente escolar, há riscos de atraso, por conta de desajustes de gestão e consequente descontinuidade de políticas e programas. A Educação é uma área mais delicada, dado que eventuais prejuízos não são evidentes no curto prazo, mas podem ser significativos no médio e longo prazos.

Na seara institucional, embora a recém-promulgada reforma da previdência no âmbito federal (aguardando-se o desfecho da PEC paralela em curso) não contenha convincente componente de distribuição dos custos das mudanças, a repercussão no ambiente doméstico tem sido de relativo otimismo. Do mesmo modo, a recente notícia de que o déficit fiscal deste ano deverá ser de R\$ 80 bilhões (bem abaixo dos R\$ 139 bilhões antes projetados) também introduz mais confiança sobre a capacidade de solvência fiscal do setor público. Considere-se, no entanto, que parte dessa redução se deve a receitas extraordinárias.

Reitere-se que a via de modernização de instituições econômicas no país deveria propiciar também a redução de desigualdades. O recente ensaio de cobrança de 7,5% sobre o seguro-desemprego seria uma flagrante antítese do viés social aqui lembrado. Muito melhor seria se o país avançasse na reforma tributária e, ademais, reservasse espaço para ajustes na institucionalidade do mercado de trabalho, bastante atingido pela crise e com ressurgência da ampliação da informalidade. Note-se, a esse respeito, que – embora uma satisfatória rota de recuperação econômica sirva para trazer de volta ao mercado formal pessoas que a crise levou ao informal – há aspectos institucionais e tecnológicos que comprometem a geração de emprego formal. As empresas enxugaram, durante a crise, seus quadros de pessoal e mudanças tecnológicas geram menos emprego por unidade de produto.

Há evidências, portanto, de que, a despeito de melhora recente, será necessário – para se imprimir maior ritmo de recuperação da economia – que se avance na criação de um ambiente econômico-institucional que venha a infundir expectativas positivas consistentes entre agentes econômicos nacionais e estrangeiros. Na verdade, há certa dicotomia de percepção. No campo doméstico, segmentos empresariais se revelam mais otimistas que agentes externos, cuja avaliação do ambiente internacional é crescentemente preocupante por causa das indefinições nas relações comerciais EUA-CHINA, as condições sob as quais poderá ocorrer o Brexit e o levante popular em Hong Kong, que já dura seis meses. Ademais, há mudanças políticas significativas no Chile, Bolívia e Argentina, gerando temores de contaminação do Brasil.

A performance pouco convincente do leilão do pré-sal também se revelou um sinal de cautela de parte dos investidores internacionais. Como já aludido nesta Série Boletim do Fecomércio, há certa volatilidade no ambiente externo que, pode afetar câmbio e bolsas de valores. Tal panorama se reflete na queda de posição do Brasil, de quarta para a sétima posição, no ranking de países receptores de investimento externo direto (IED). Para isso contribuiu a evasão de capitais externos que vem ocorrendo desde 2016 na faixa de 40-50 bilhões de dólares, por ano e a baixa taxa juros que atrai pouco capital especulativo de curto prazo.

Um contraponto a tal quadro complexo deve ser reiterado: o país conta com indicadores macroeconômicos básicos essenciais para a retomada da economia. Ademais, há agentes econômicos nacionais e estrangeiros esperando por mais nítida configuração do ambiente de negócios no país, em termos de infusão de maior credibilidade e segurança jurídica. Há espaço para se viabilizar elevação da taxa de investimento, antes de se expandir o vetor de investimento público. Atração de capitais privados (nacionais e externos) é, nesse contexto, importante vetor no curto e no médio prazo.

Ademais, é necessário que se olhe ao redor e não se repitam erros de outros países, inclusive no continente latino-americano. Cuide-se de pôr no devido lugar o requisito de redução de desigualdades e de inclusão social, o que na economia se associa a democratização de oportunidades e ampliação do mercado interno, o que é também funcional para a expansão econômica. Vários países que – em mais de três décadas de globalização econômica e financeira – aliaram reformas institucionais a ampliação de desigualdades, colheram insatisfação da sociedade e instabilidade política.

BIBLIOGRAFIA

DDEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB). **Índice de Atividade Econômica**. Setembro/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Nacionais Trimestrais**. Setembro/2019.

Pesquisa Mensal do Comércio. Setembro/2019.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Setembro/2019.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Setembro/2019.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Outubro/2019.

EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto
Diretora-executiva do Instituto Fecomércio:
Brena Castelo Branco
Economista: Rafael Ramos
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

**Sede provisória Rua do Sossego, 264, Boa Vista,
Recife, Pernambuco, CEP 50.050-080
Tel.: (81) 3231-5393 (PABX)**

**Anexo: Rua Bispo Cardoso Ayres, 147, Sala 105,
Santo Amaro (esquina com a Rua do Príncipe)
Recife, Pernambuco, Brasil, CEP 50.050-135
Tel.: (81) 3423-8423 | 3423-7440 (PABX)**

